

COMBATE AO CÂNCER



FÁBIO ROGÉRIO

Parceria com Uniso garante melhorias na sede da entidade para aumentar atendimento

Liga Sorocabana amplia espaço para atendimento

Abner Laurindo
abner.laurindo@cruzeiro.com.br

A recepção e a sala de espera da nova sede da Liga Sorocabana de Combate ao Câncer já está mobiliada e pronta para receber as pessoas que procuram pela entidade, isso graças a um projeto desenvolvido pelos alunos do último ano do curso de Projeto Gerenciais da Universidade de Sorocaba (Uniso). Os ambientes receberam sofás, mesas e objetos de decoração como persianas e vasos, inclusive aparelhos eletrônicos como televisores, tudo por meio de doações conseguidas pela equipe de universitários com empresas da cidade.

O imóvel, que fica na rua Antônio de Andrade, 45, no Jardim Faculdade, foi cedido em comodato por 30 anos pela Associação Protetora dos Insanos de Sorocaba (Apis). O prédio tem quatro salas que serão usadas para os atendimentos de psico-

logia, fisioterapia e terapia ocupacional entre outros. A nova sede, que contempla ainda uma copa e um salão de confraternização, tem previsão para ser inaugurada na segunda quinzena de janeiro de 2014.

Segundo o coordenador do programa da Uniso, professor Gustavo Benevides, o projeto de apoio às entidades assistenciais foi desenvolvido por meio de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de estudantes que ocorre desde 2005 e em oito anos já foram realizadas mais de 456 ações semelhantes. "É uma ação de responsabilidade social desenvolvida pela universidade na sua interação com a sociedade", explicou Benevides.

Entre os alunos realizadores do projeto está Célia Mesquita. Há cinco anos ela foi acolhida pela Liga após receber tratamento contra um câncer de mama. "Recebi um carinho especial e real que jamais esquecerei", frisou

Célia. A entidade presta apoio gratuito às pessoas que tiveram a doença ou que são pacientes de câncer, em período pré e pós-operatório.

Para a presidente da Liga, Márcia Pedrosa Wey, a ajuda do projeto chegou em boa hora. Ela acredita que na nova sede será possível dobrar o atendimento, que até então era de 70 por mês. "Temos parceira com a Unip para fisioterapia e biomedicina. Com a Uniso na área de terapia ocupacional, e com o Instituto Brasileiro de Pesquisas em Reflexologias (Ibraper). Com espaço maior queremos ampliar as parcerias e também o grupo de apoio", ressaltou Márcia.

Para saber mais sobre a Liga acesse o site www.ligacancerdemama.org.br ou pelo email ligasorocombateaacancer@hotmail.com. As pessoas que precisam de apoio da instituição podem entrar em contato pelo telefone (15) 3342-3320.

CÂMARA

CPI da Saúde tem hoje à sétima oitiva

Serão ouvidos coordenadores de UPHs e médico do CHS

César Santana
cesar.santana@cruzeiro.com.br
programa de estágio

A sétima rodada de oitivas da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga os problemas de atendimento na rede pública de saúde em Sorocaba acontece hoje, a partir das 14h, na Câmara Municipal. Desta vez, serão ouvidos pelos vereadores que compõem a comissão os coordenadores das Unidades Pré-Hospitalares (UPHs) da zona oeste, Marco Bonadio e zona norte, Humberto Luiz Maranhão Araújo. Também irá depor o médico geriatra Vicente Spinola, que atua no Conjunto Hospitalar de Sorocaba (CHS) e se apresentou voluntariamente para prestar esclarecimentos à CPI.

Os trabalhos da CPI da Saúde são presididos pelo vereador Izídio de Brito (PT) e participam ainda os vereadores Waldomiro de Freitas (PSD), José Crespo (DEM), Marinho Marte (PPS), Rodrigo Manga (PP), Neusa Maldonado (PSDB), Fernando Dini (PMDB), Claudio do Sorocaba I (PR), Irineu Toledo (PRB),

Jessé Loures (PV), Waldecir Morely (PRP), Pastor Apolo (PSB) e Luis Santos (Pros). Até o momento, já foram ouvidas mais de 15 pessoas pela comissão, entre elas, o secretário de Saúde de Sorocaba, Armando Raggio, o diretor do Departamento Regional de Saúde, João Marcio Garcia e o diretor técnico do CHS, Luis Claudio de Azevedo Silva.

Documentos atrasados

O prazo para apresentação dos documentos solicitados pela CPI da Saúde venceu no último dia 11 de outubro e, desde então, o Executivo sequer justificou a não entrega dos papéis ou requisitou a prorrogação do período. O pedido foi feito por meio de requerimentos protocolados nos dias 19 e 20 de setembro.

De acordo com o presidente da CPI da Saúde, Izídio de Bri-

to, a demora na entrega dos documentos prejudica os trabalhos da comissão que, com isso, demandará mais tempo para finalizar as atividades. "Esses documentos precisarão ser analisados, e essa análise demora. Provavelmente teremos de prorrogar a CPI e de-

pendendo, até mesmo instaurar outra. Portanto, quanto mais depressa forem apresentados, melhor", explica. Entre os documentos solicitados pelos vereadores estão cópias de contratos da Prefeitura com hospitais, relatórios de gastos e investimentos na saúde, convênios municipais

do setor e relatório de número de atendimentos, entre outros.

A Prefeitura foi procurada pelo Cruzeiro do Sul para se manifestar sobre o assunto, porém, em razão do ponto facultativo pelo dia do funcionário público, ninguém foi localizado pela reportagem.

O prazo para apresentação dos documentos solicitados pela comissão parlamentar junto à Prefeitura venceu no último dia 11 de outubro



Prescrição farmacêutica: um avanço na saúde

Pedro Eduardo Menegasso

A saúde no Brasil vive um momento de intensa transformação. Nesse contexto, a Farmácia ganhou holofotes nos últimos anos, especialmente em relação ao aumento da responsabilidade do farmacêutico, pela regulamentação dos serviços farmacêuticos e da prescrição farmacêutica, recentemente aprovada pelo Conselho Federal de Farmácia. Fatos que podem ser muito bem aproveitados, transformar-se em mais uma ferramenta de valorização profissional, oportunidade de qualificação do atendimento e ampliação da segurança do paciente.

Após anos de luta, ver a possibilidade de o farmacêutico prescrever é uma grande vitória para a categoria e uma excelente oportunidade de mostrar nosso papel à população. Tenho certeza que essa conquista se traduzirá em segurança no uso de medicamentos, credibilidade e reconhecimento ao profissional.

Os cidadãos brasileiros serão beneficiados, pois além de contar com a presença do farmacêutico na orientação - 90% das farmácias e drogarias do Estado de São Paulo têm farmacêuticos presentes - poderão contar com uma recomendação por escrito, ou seja, o paciente receberá um documento de um profissional que tem conhecimento suficiente para ajudar na resolução de vários problemas de saúde, e não somente uma indicação informal.

Antes de entender o texto que autoriza a prescrição farmacêutica, a classe médica formulou diversas críticas, com base no entendimento de que esse ato invadiria o âmbito privativo do médico, porém todas descabidas, visto que o farmacêutico prescreverá apenas medicamentos isentos de prescrição médica e outros produtos para a saúde que o consumidor pode adquirir atualmente sem qualquer receita.

Antes, escrevíamos na cai-



DIVULGAÇÃO

Os farmacêuticos estão conscientes de sua responsabilidade e o CRF-SP lançou uma série de ações para manter o profissional atualizado e capacitado

xinha a dose e o horário de tomar o produto. Agora, poderemos prescrever e orientar, de maneira mais clara, o uso de medicamentos para tratar o que chamamos de transtornos menores, que não necessitam de um diagnóstico prévio para serem tratados. Possibilidade que já estava implícita em várias regulamentações como nas Resoluções RDC 44/09 e RDC 87/08, ambas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa.

Acredito que a norma também afastará os leigos e aqueles que indicam medicamentos somente por interesses comerciais, sem se preocupar com os riscos. Ganha a população que tem no farmacêutico um profissional confiável e habilitado para a prescrição desses medicamentos com qualidade, e ganha o farmacêutico, já que parte expressiva da categoria está disposta e preparada para assumir essa responsabilidade e contribuir definitivamente na construção de um novo modelo que tenha foco na saúde pública e na farmácia como estabeleci-

mento de saúde.

Este modelo que vai ao encontro de práticas adotadas em vários países, em que profissionais não médicos estão autorizados a prescrever medicamentos. Esse ato tem modos específicos para cada profissão e é efetivado de acordo com as necessidades de cuidado do paciente, e com as responsabilidades e limites de atuação de cada profissional. Isso favorece o acesso e aumenta o controle sobre os gastos, reduzindo, assim, os custos com a provisão de farmacoterapia racional, além de propiciar a obtenção de melhores resultados terapêuticos.

Os farmacêuticos estão conscientes de sua responsabilidade e o CRF-SP lançou uma série de ações para manter o profissional atualizado e capacitado sobre o tema prescrição. Estamos ao lado do farmacêutico para orientá-lo, auxiliá-lo e apoiá-lo a assumir mais esse papel de destaque no cenário da saúde brasileira.

Pedro Eduardo Menegasso, farmacêutico e presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

ITU

1.300 meninas devem receber 2ª dose da vacina contra HPV

Miriam Bonora
miriam.bonora@cruzeiro.com.br

As meninas que nasceram em 2002 e moram em Itu já podem tomar a segunda dose da vacina contra o papilomavírus humano (HPV), principal causador do câncer de colo do útero. A prefeitura do município espera imunizar 1.300 crianças durante a segunda fase da campanha, que começa hoje (29) e segue pelos dias 30 e 31 de outubro e 1, e 4 de novembro nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da cidade. Basta comparecer com a carteira de vacinação às unidades entre às 7h e 17h nos dias úteis e das 8h às 17h no sábado.

Na primeira fase da campanha, Itu atingiu 96,3% do público-alvo. A campanha foi implantada em 2010 na cidade e, este ano, contempla meninas nascidas em 2002 pois, nesta faixa etária, presumivelmente, as meninas ainda não iniciaram a vida sexual, ou seja, não tiveram contato com o vírus HPV.

O câncer de colo do útero



ARQUIVO JCS

Na primeira fase da campanha, Itu atingiu 96,3% do público-alvo se desenvolve quando uma infecção pelo HPV se torna persistente e progride. O contágio com o vírus se dá por meio de contato íntimo desprotegido com o indivíduo infectado com o vírus. Na maioria das vezes, a infecção pelo HPV não apresenta sintomas, portanto é fundamental que a mulher faça o exame de papanicolau periodicamente para verificar se está com o vírus.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer de colo do útero é o segundo tumor mais frequente na população feminina, ficando atrás apenas do câncer de mama; é a quarta causa de morte de mulheres por câncer no Brasil. Ainda segundo dados do Inca, anualmente esse tipo de câncer faz 4,8 mil vítimas fatais e apresenta 18.430 novos casos no país.

Em Sorocaba, lei que obrigava a aplicação da vacina é anulada

A vacinação de mulheres entre 9 e 18 anos contra o vírus HPV era obrigatória na rede municipal de saúde de Sorocaba, com a aprovação da lei municipal nº 9.574 de maio de 2011, de autoria da vereadora Neusa Maldonado (PSDB). Porém, a campanha de vacinação nunca foi implantada e, em janeiro deste ano, a Prefeitura entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), que o Tribunal de Justiça (TJ) julgou procedente.

O texto autorizava o Poder Executivo a instituir o Programa de Prevenção e Tratamento Contra o Câncer de Colo do útero, incluindo as vacinas gratuitas contra o HPV também às

mulheres com mais de 18 anos que comprovassem não possuir condições financeiras para imunizar-se na rede particular, além da realização de eventos de orientação, campanhas preventivas e exames gratuitos de HPV na rede pública.

De acordo com o despacho do processo, a ação da Prefeitura pediu a suspensão do texto porque a lei era inconstitucional, pois feria o princípio de separação dos poderes, e por gerar despesas não previstas no orçamento. O pedido de liminar para a anulação da lei foi negado em janeiro, porém, em junho deste ano, em análise definitiva, os desembargadores do TJ julgaram a ação proce-

dente e suspenderam a lei.

Vacinação pelo SUS em 2014

Embora com público-alvo mais restrito em relação à lei municipal suspensa, as meninas entre 10 e 11 anos da cidade devem passar a ter o direito à vacina em 2014. A medida foi anunciada em julho pelo Ministério da Saúde, que promete oferecer as doses contra o papilomavírus por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). No Brasil, devem ser vacinadas 3,3 milhões de pessoas; em Sorocaba o público deve ser de 9.169 meninas: 4.475 com 10 anos e outras 4.694 com 11 anos. (M.B.)

